

Sigraf

ABIGRAF
RIO DE JANEIRO

FG Fundação
Gutenberg
de Artes
Gráficas

Sindicato filiado à

Firjan SENAI
SESI
IEL
CIRJ

CIRCULAR DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

WWW.SIGRAF.ORG.BR

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020.

Circular SIGRAF nº 059/2020.

Assunto: Balanço dos pleitos apresentados através do Programa de Resiliência Produtiva.

Prezado Associado,

Segue em anexo, **BALANÇO DOS PLEITOS APRESENTADOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE RESILIÊNCIA PRODUTIVA – FIRJAN**, para seu conhecimento.

Atenciosamente,

Sistema SIGRAF / ABIGRAF-RJ

Informamos que nossas circulares são publicadas diariamente no site: www.sigraf.org.br

PATROCINADOR ESPECIAL

Firjan SENAI
SESI
IEL
CIRJ

SEBRAE

PATROCINADOR

Böttcher 21
Sistema

APOIO



gráfica
Onida
SOLUÇÃO

HOLOGRÁFICA





Balanço dos pleitos apresentados através do Programa de Resiliência Produtiva

31/03/2020

Conjunto de pleitos apresentados aos Governos Federal, Estadual e Municipais para reforçar a resiliência do setor produtivo nacional, em especial as pequenas e médias empresas, frente à crise provocada pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), através da manutenção da saúde financeira das empresas e da sua capacidade de preservar postos de trabalho

Neste período de crise, foram recebidas **105 demandas** sindicais, enviados **37 informes** com orientações e informações específicas, e realizada duas *lives* para os associados sobre as questões trabalhistas/previdenciárias e de saúde, com audiência de **1.749 pessoas**.

Painel de Acompanhamento das Propostas

Atualizado em 31/03/2020

TOTAL DE MEDIDAS APRESENTADAS	64	100%
MEDIDAS TOTALMENTE ATENDIDAS	33	52%
MEDIDAS PARCIALMENTE ATENDIDAS	8	12%
MEDIDAS AINDA NÃO ATENDIDAS	23	36%

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
1	Prorrogação, por 6 (seis) meses o vencimento dos tributos federais apurados no âmbito do Simples Nacional	Atendida	Resolução CGSN nº 152/2020 Abrange as empresas enquadradas no Simples Nacional. No entanto o não adiamento da parcela do ICMS por parte do Estado limita a abrangência desse pleito
2	Suspensão dos prazos de defesa dos contribuintes nos processos administrativos de cobrança da dívida ativa da União por até 90 dias	Atendida	Portaria nº 7.821/2020 Atende integralmente todos os contribuintes que tem cobrança de dívida ativa da União
3	Suspensão do encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para protesto extrajudicial por até 90 dias	Atendida	Portaria nº 7.821/2020 Atende integralmente todos os contribuintes
4	Suspensão da instauração de novos procedimentos de cobrança e responsabilização de contribuintes por até 90 dias	Atendida	Portaria nº 7.821/2020 Atende integralmente todos os contribuintes

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
5	Suspensão por até 90 dias dos procedimentos de rescisão de parcelamentos por inadimplência	Atendida	Portaria nº 7.821/2020 Atende integralmente todos os contribuintes inadimplentes
6	Permissão para que a PGFN ofereça proposta de transação por adesão referente a débitos inscritos em dívida ativa da União	Atendida	Portaria nº 7.821/2020 Atende integralmente todos os contribuintes
7	Diferimento do pagamento do FGTS dos empregados referentes a abril, maio e junho de 2020	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Abrange todas a empresas
8	Suspensão, até 29/05/2020, dos prazos de atos processuais e procedimentos administrativos da Receita Federal, tais como emissão de aviso de cobrança e intimação de pagamento de tributos	Atendida	Portaria RFB nº 543/2020 Abrange todas a empresas
9	Prorrogação o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos por 90 dias	Atendida	Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555/2020 Abrange todas a empresas

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
10	Prorrogação do recolhimento dos tributos federais (PIS, COFINS, IPI, IRPJ e CSLL lucro presumido e arbitrado bem como o Lucro Real com apuração trimestral, Contribuição Previdenciária), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias	Não atendida	Em análise pelo Governo Federal Com a decisão do STF que permite o Governo de não respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal existe uma expectativa maior sobre o atendimento do pleito que atenderá todos os contribuintes
11	Prorrogação do prazo para apresentação das obrigações acessórias federais com vencimento a partir de março por 180 (cento e oitenta) dias	Não atendida	Em análise pelo Governo Federal Atenderá a todos os contribuintes
12	Suspensão do pagamento das parcelas dos programas de parcelamento de débito.	Não Atendida	Em análise pelo Governo Federal. A medida atenderá às empresas que tem parcelamento de débito que deverá ter o pagamento adiado por 180 dias

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
13	Prorrogação do prazo de entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP por 90 dias	Atendida	IN MMA/IBAMA nº 12, de 25/03/20 Atende à pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades sujeitas ao licenciamento ambiental
14	Prorrogação por 90 dias o pagamento da primeira parcela da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)	Não atendida	A TCFA é paga trimestralmente por empresas licenciadas e integrantes do Cadastro Técnico Federal. A prorrogação do prazo atende a todas as empresas licenciadas. O vencimento da primeira parcela é 31/03 e o pleito ainda está em análise pelo IBAMA

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
15	Regime especial de banco de horas, sem comunicação ao sindicato, por acordo individual, com compensação em 18 meses, e permissão para a empresa antecipar os feriados mediante acordo com o empregado	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
16	Suspender pelos próximos 120 dias, o limite de 2 horas extras diárias	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
17	Instauração do regime de férias coletivas sem comunicação ao sindicato e à fiscalização desde que comunicado com antecedência de 48 horas – podendo a comunicação ser feita por e-mail, antecipação de férias futuras, mediante acordo direto com o empregado	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
18	Regime de trabalho remoto, sendo desnecessária celebração de termo aditivo exigido pelo art. 75-C da CLT, com permissão para alterar o regime, independente da existência ou não de acordo coletivo ou individual. Dispensado o registro prévio no contrato de trabalho, formalização pode ser por e-mail.	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
19	Suspensão, pelo período da crise, das auditorias e fiscalizações do Ministério da Economia e outros órgãos do executivo.	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
20	Suspensão dos exames clinico ocupacionais e complementares, exceto para os demissionais que podem ser dispensando caso o empregado tenha realizado o periódico a menos de 180 dias	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
21	Flexibilização do comunicado de férias, que hoje é de 30 (trinta) dias de antecedência	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
22	Postergar para o segundo semestre de 2020 o pagamento do acréscimo de 30% do salário referente ao gozo das férias, concedidas como medida de prevenção a propagação do coronavírus	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
23	Previsão de que todos os casos de contaminação serão considerados não ocupacionais, mesmo sendo a serviço ou a trabalho	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
24	As cláusulas dos Acordos e Convenções Coletivas vigentes e que estejam por vencer, em negociação ou próximo da negociação, possam ser prorrogadas, a critério da empresa, até que a situação esteja normalizada	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
25	Permissão para troca de horários de empregado sem o tempo limite pré-estabelecido em lei (mudanças de turnos)	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
26	Permissão para a suspensão das férias ou licença não remunerada dos profissionais da área de saúde, em função da criticidade do atendimento médico-hospitalar	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
27	Determinar que empregados que retornem de férias ou viagens voluntárias de países ou locais com circulação do COVID-19, ou que tenha tido contato com pessoas infectadas no Brasil, se afastem por 14 (quatorze) dias, podendo este período ser computado como gozo compulsório de férias, ainda que não esteja em período concessivo ou em curso de período aquisitivo, devendo haver a futura compensação.	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida a aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
28	Permitir aos empregadores determinar unilateralmente que empregados maiores de 60 anos e aqueles portadores de doenças crônicas ou imunodeprimidos que integram o grupo com risco aumentado de mortalidade pelo COVID-19 alterem o modo de execução de suas atividades para trabalho remoto.	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
29	Isenção de encargos sociais (FGTS/INSS) no período da crise	Não Atendida	Em análise pelo Governo Federal
30	Pagamento de 50% do salário dos funcionários durante o período que foram liberados para ficar em casa, devendo o restante até o limite de um salário mínimo ser complementado pelo governo	Não Atendida	Possibilidade de sair na próxima medida provisória

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
31	Permissão de acordo individual para paralização parcial de atividades, garantindo 50% da remuneração ao empregado envolvido, sendo um adicional de 25% advindos do FAT	Não Atendida	Possibilidade de sair na próxima medida provisória
32	Não aplicação da multa contida na CLT referente ao pagamento dos salários dos empregados até o 5º dia do mês subsequente	Não Atendida	Pouco provável que seja atendido
33	Não aplicação de multa pelo atraso no encaminhamento das informações referentes as obrigações acessórias federais com vencimento a partir de março	Não Atendida	Em análise pelo Governo Federal

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
34	Suspensão temporária ou total do contrato de trabalho “lay off”, sem a necessidade de negociação coletiva, pelo período de até 3 (três) meses com possibilidade de prorrogação por mais 3 (três) meses, com participação do Governo Federal no pagamento de 2/3 utilizando os recursos do FAT, ou incentivos na folha de pagamento	Não Atendida	Possibilidade de sair na próxima medida provisória
35	Aumento do prazo de seis meses para a compensação de banco de horas, com possibilidade de trabalhar 48 horas semanais durante 12 meses	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
36	Cancelamento de todos os feriados de 2020, ou antecipação para os dias parados	Atendida	Medida Provisória nº 927/2020 Medida aprovada sem risco jurídico ou problema de operacionalização para as empresas
37	Em caso de demissão, possibilidade de recontratação do mesmo funcionário em prazo inferior ao prazo de 180 dias	Não Atendida	Em análise pelo Governo Federal

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
38	Injeção de recursos em linhas de crédito já existentes nos bancos públicos	Atendida parcialmente	Iniciativa do BNDES, CEF e BB Foi anunciada a injeção de recursos nas linhas existentes, principalmente as de capital de giro. Contudo, a mera injeção de recursos não garante o acesso ao crédito no custo e volume necessários. Por isso a Firjan pleiteou criação de linha emergencial para atendimento ao setor produtivo.
39	Aumento da capilaridade do BNDES na provisão de crédito em operações indiretas, por meio de fintechs.	Atendida	BNDES Previsão para início da operação a partir de maio. Alternativa para as MPMEs acessarem os recursos do BNDES.

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
40	Criação de linha específica de crédito destinado às pequenas e médias empresas, com foco em capital de giro, contando com condições diferenciadas de juros, carência, prazo e flexibilização de garantias	Atendida parcialmente	BNDES Financiamento da folha de pagamento de pequenas e médias empresas. Previsão de operação a partir de maio. Empresas que contratarem o crédito não poderão demitir os funcionários que tiverem os salários financiados. Atende parcialmente os empresários. Fundamental a criação de linha emergencial de crédito para capital de giro

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
41	Criação de linha de crédito emergencial pela CAIXA voltada a capital de giro para MPEs com custo reduzido e alargamento dos prazos total e de carência; dispensa de CND e flexibilização das garantias.	Não Atendida	Em análise pelo Banco. Já houve sinalização de que a instituição está estruturando novos produtos para auxílio às empresas
42	Mudança no modelo atual de compartilhamento de riscos, ampliando a atuação do BNDES nas operações de crédito via agentes financeiros	Não Atendida	Em análise pelo Banco

	Proposta	Posição	Normativo e Análise Crítica
43	Cobrança de demanda: permitir que apenas a demanda utilizada seja cobrada, visto que um dos impactos da crise da pandemia será a redução da carga. Por outro lado, não cobrar a ultrapassagem de demanda, visto que algumas empresas consideradas essenciais poderão ter que elevar sua produção	Não Atendida	Aneel já editou resolução 878 de 24 de março com rol de medidas para o período de calamidade pública, no entanto, sinalizou que ainda devem ocorrer flexibilizações no setor elétrico, sendo assim, há chance de atendimento. Medida em análise pela Aneel
44	Liquidez no mercado livre: embora os consumidores alocados no mercado livre possam realizar a cessão de energia, estimular que, no momento da contabilização das diferenças, o consumidor possa negociar, através de uma conta gráfica, a sobra de energia.	Não Atendida	Governo editou poucas medidas para o mercado livre e como sinalizou que ainda devem ocorrer flexibilizações no setor elétrico, há chance de atendimento. Medida em análise pela Aneel

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
45	Rejeição do PLP 34/2020, que sujeita empresas com patrimônio líquido superior a R\$ 1 bilhão a empréstimo compulsório	Não Atendida	Enviada a Dep. Federais, inclusive Pres. Câmara
46	Prorrogação da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, por dois anos, para agosto de 2022.	Não Atendida	Acordo entre Congresso e STF. Grandes chances de aprovação.

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
47	Prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa	Atendida	Decreto nº 46.982/2020 Atende a todos os contribuintes
48	Prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias do prazo de validade das certidões de regularidade fiscal de débitos inscritos em dívida ativa vencidas a partir de 16 de março de 2020	Atendida	Resolução PGE nº 4.527/2020 Atende a todos os contribuintes
49	Poder Executivo poderá conceder isenção do ICMS nas contas de energia elétrica e dos serviços de telecomunicações pelo prazo de 180 dias	Atendida	Lei nº 8.766/2020 Governo do ERJ ainda não definiu como essa medida vai ser executada
50	Prorrogação do prazo de validade das Certidões de Dívida Ativa por 90 dias	Atendida	Resolução SEFAZ nº 136/2020 Atende a todos os contribuintes
51	Suspensão da Lei Estadual nº 8.645/2019 (FOT)	Não Atendida	A SEFAZ informou extraoficialmente que não regulamentaria o FOT e a Alerj deve analisar a suspensão da lei. O pleito abrange os contribuintes da Lei Pezão com faturamento de até 100 milhões de reais

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
52	Ampliação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos – CND para 180 (cento e oitenta) dias	Atendida parcialmente	Resolução SEFAZ nº 136/2020 O prazo de validade das CNDs foi prorrogado por 90 dias. A medida atende a todos as empresas
53	Prorrogação dos prazos de pagamento dos tributos estaduais e municipais por 180 (cento e oitenta) dias	Não Atendida	Está em análise pelo governo do estado. Em função da condição financeira do Estado do Rio pouco provável a aceitação do pleito
54	Utilização de créditos de ICMS acumulados	Não Atendida	Está em análise pelo governo do estado. O pleito atenderá as empresas com crédito de exportação, possibilitará a utilização dos créditos em pagamento de tributos ou transferência para terceiros

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
55	Suspensão dos prazos administrativos e da entrega de obrigações acessórias	Atendida parcialmente	<u>Resolução SEFAZ nº 136/2020</u> Prorrogado para 30.04.2020 o prazo para entrega da DUB-ICMS. As demais obrigações estão em análise pelo governo do Estado do Rio

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
56	Prorrogação dos prazos das obrigações ambientais por 90 dias	Não Atendida	Será publicada uma resolução SEAS/Inea com prorrogação dos prazos das obrigações ambientais, que atenderá as empresas licenciadas pelo Inea e as empresas sujeitas a logística reversa no estado do Rio de Janeiro

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
57	Linha específica de capital de giro na AGERIO destinado às pequenas e médias empresas, contando com condições diferenciadas de juros, carência, prazo e flexibilização de garantias	Atendida	AGERIO Perfil de Crédito Emergencial No momento a Agência não está recebendo novas solicitações por ter atingindo o limite de recursos disponíveis para financiamento
58	Renegociação de dívidas com a AGERIO, com alongamento dos prazos, redução das taxas de juros e isenção das tarifas para todos os portes de empresas	Atendida	AGERIO Medida já está sendo operada pelo AGERIO

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
59	Suspensão da aplicação de decretos que restringem a circulação e veículos de carga e as operações de carga e descarga	Atendida parcialmente	Resolução SMTR nº 3254 de 19/03/2020 A capital fluminense, foco do pleito, já suspendeu as restrições à circulação de veículos de carga e operações de carga e descarga. Os demais municípios estão analisando a proposta
60	Suspensão imediata da aplicação de decretos estaduais e municipais que restringem a atividade industrial	Atendida parcialmente	Decreto nº 47.002 de 26/03/2020 Planilha de acompanhamento dos decretos
61	Suspensão imediata da aplicação de decretos estaduais e municipais que restringem a circulação de trabalhadores da indústria	Atendida parcialmente	Decreto nº 5.646-D, de 25 de março de 2020 Planilha de acompanhamento dos decretos

Proposta		Posição	Normativo e Análise Crítica
62	Suspensão temporária da resolução da ANTT N° 2.294 que restringe o horário de circulação de veículos de carga na Ponte Rio-Niterói	Não Atendida	Está em análise pelo governo
63	Inclusão da Indústria, em sua totalidade, no rol de serviços essenciais do Decreto Estadual 46.980, que estabelece medidas de enfrentamento à pandemia	Atendida parcialmente	Resolução nº 782/2020 Pleito foi atendido parcialmente pela resolução conjunta das Secretarias de Saúde e Transporte (Resolução nº 782/2020) que incluiu no rol de atividades essenciais atividades na cadeia de fornecedores de produtos, insumos e serviços necessários, em unidades públicas ou privadas relacionadas à área da saúde.
64	Reforço das operações de combate ao roubo de cargas, em especial nas principais vias logísticas do estado, com o objetivo de manter o abastecimento perene e regular	Não Atendida	Está em análise pelo governo

Firjan SENAI
SESI
IEL
CIRJ

